

**Carolina Maria de Jesus:
a construção cotidiana da nacionalidade brasileira**
Vívian Matias dos Santos*

Resumo

Este ensaio tem por objetivo analisar como a nacionalidade brasileira se constrói no romance de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Trata-se de uma obra autobiográfica, e sendo a autora mulher, pobre e negra, permiti-nos perceber a existência de “brasis” edificados, dentre outros vários elementos, sobre as bases da desigualdade sócio-econômica, étnico/racial e de gênero. Percebe-se que é desta forma que a nação é construída e reconstruída ininterruptamente – por variados tempos, espaços e sujeitos. São múltiplas determinações surgidas a partir das relações sociais estabelecidas entre um povo que se afirma, em muitos aspectos, a partir da negação do outro e das condições em que vive.

Palavras-chave: Literatura; Nação; Cotidiano

Abstract

This paper analyses the Brazilian nationality like a literary construction, taken as reference Carolina’s Maria de Jesus romance: “*Quarto de despejo: diário de uma favelada*”, 1960. It is poor and black woman’s autobiography, than manifests the existence of various “Brazil”-unequal. So, the nation is constructed and reconstructed for diverse times, spaces and subjects. There are a lot of determinations: emerged of negation or affirmation social relations.

Key words: Literature; Nation; Quotidian.



* VÍVIAN MATIAS DOS SANTOS é Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC).



1 - Intróito

Este ensaio visa discutir a construção da nacionalidade a partir da formação do espaço público literário. Contudo, não é meu objetivo aqui, analisar uma obra consagrada escrita por um autor ou autora que faça parte do cânone literário brasileiro. Ao contrário, proponho-me analisar o romance de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), o qual, de acordo com a crítica, nem deveria ser considerado literatura, assim, tão pouco Carolina foi escolhida para fazer parte do cânone literário nacional. Neste sentido, vale dizer que parto da compreensão de que o cânone pode ser visto como uma das expressões do discurso dominante de uma dada sociedade. Na literatura, a consolidação de um cânone se anuncia pelo estabelecimento de hierarquias entre aqueles que devem ser considerados os “mestres” da escrita – os quais sintonizam sua linguagem aos discursos hegemônicos que dicotomizam o sistema tradicional entre *high* e *low art* – e aqueles considerados menores, tanto no que se refere ao seu pertencimento econômico-social, quanto à ideologia possivelmente presente em seus escritos. Neste contexto de hierarquizações a autora em questão encontra-se numa condição especialmente desfavorável, visto que:

O cânone literário é uma seleção fundamentada em fatores extra-literários, ou seja, não se restringem apenas às questões estéticas do texto literário, mas também a fatores sociais e morais do universo do escritor. Por isso, as “listas” não

agregam mulheres, negros, ex-colonizados, enfim, personalidades ex-centralizadas que não preenchem os critérios ideológicos estabelecidos pela crítica tradicional. (JACOMEL, 2007, p. 5)

A opção pela análise da nacionalidade brasileira por meio desta obra deu-se devido à compreensão de que a nação não se constituiu/constitui somente a partir do que foi produzido pela elite intelectual do país, ao contrário, é na complexidade das relações sociais e no embate das diversidades que se dá a construção de um Brasil heterogêneo: “seu *Quarto de despejo* também é repleto de fabulação. A escritora reúne na narrativa de um mesmo dia a lama e as flores. O contraste e a ambigüidade estão presentes em toda obra” (ANDRADE, 2008, p. 2). A sua originalidade é revelada, sobretudo, no modo de representação da experiência humana, na medida em que a ênfase recai no significado da própria narrativa. Neste sentido, estabelecer um debate por meio da leitura desta obra torna-se um rico espaço de percepção da heterogeneidade da sociedade brasileira.

Trata-se de uma obra autobiográfica, e sendo a autora mulher, pobre e negra, permiti-nos perceber a existência de brasis edificados, dentre outros vários elementos, sobre as bases da desigualdade sócio-econômica, étnico/racial e de gênero. É no seio do estabelecimento da sociabilidade que se dá continuamente a conformação da nação brasileira, a partir de relações sociais imersas numa vasta rede de micro e macro poderes, que se estabelecem de forma complexa na cotidianidade.

2. O romance e a autora: a visão marginal de uma brasileira

De Jesus representa uma voz marginalizada raramente ouvida nos discursos nacionalistas, os quais tendem a privilegiar narrativas eurocênticas de projetos de construção da nação. (...) precisamos ouvi-la a fim de entender como pessoas às margens falam por si mesmas e não apenas

assunto da fala de outros. (SUSAN QUILAN)

O romance *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), é escrito por Carolina Maria de Jesus¹ em primeira pessoa, é sua própria voz que narra a obra, sendo classificada como diário. São as impressões, sentimentos, opiniões e angústias do cotidiano de uma brasileira que vive às margens de uma sociabilidade assentada de forma desigual e hierarquizada.

Nascida em Sacramento, interior de Minas Gerais, Carolina (1914-1977), viveu uma infância peculiar. Era filha ilegítima de uma família de negros que sub-existia numa situação de extrema pobreza. De acordo com Ferreira (2004, p.108), ela sempre se destacou por sua precoce inteligência e seu tom desafiador. Isso lhe causava conflitos com as pessoas com as quais convivia, sendo constantemente alcunhada de atrevida e impertinente. De Jesus era sempre reprimida por possuir um comportamento não permitido socialmente para uma mulher de sua classe e de sua cor.

Por várias vezes sua família precisou mudar de endereço em busca de melhores condições de vida. Devido a este fato, Carolina somente cursou até a segunda série primária. No entanto, numa atitude autodidata, provavelmente continuou lendo várias obras literárias que lhe levaram a cultivar o seu caráter inquiridor (FERREIRA, 2004, p.109). Carolina migra para São Paulo quando adulta para trabalhar como empregada doméstica. Ao ter filhos, não mais foi aceita por seus patrões, tendo que se mudar em 1947 para a então iniciante Favela do Canindé. Passou a prover a sub-existência de seus três filhos com o que arrecadava catando papel e outros objetos recicláveis. Sendo Carolina mãe solteira, e única provedora da família, quando se via sem condições de trabalhar por motivos de doença, passavam fome.

¹ Escreveu vários livros além de *Quarto de despejo: Casa de Alvenaria* (1961); *Pedaços de fome* (1963); *Provérbios* (1965?); *Diário de Bitita* (1982 na França, 1986 no Brasil). Além de outros inéditos: *Felizarda*, *Os escravos*.

Quarto de despejo é o relato de seus dias na favela. A fome é presença constante em sua vida, tanto que “alcança a estatura de personagem, tal a sua dimensão nessa obra” (FERREIRA, 2004, p.119). Assim, a leitura da narrativa de Carolina Maria de Jesus, oferece-nos a percepção de uma nação construída de maneira díspar e injusta. Carolina observava a cidade da favela onde residia. Era comum, em sua época, a adoção da idéia de São Paulo como o reduto do progresso, do moderno, da industrialização, do desenvolvimento, símbolo de uma nação que cresce dia-a-dia. Entretanto, ela percebe esta cidade como um espaço dividido entre a miséria de muitos e a riqueza de poucos. Desmistificando a visão que se tinha deste lugar, utiliza em sua obra uma metáfora: São Paulo seria a sala de visita, e a favela seria o quarto de despejo.

Para ilustrar sua percepção acerca da cidade de São Paulo, De Jesus utiliza-se de uma visão positivista de influência spenceriana² ao afirmar que se trata de um organismo doente: “Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com suas úlceras. As favelas” (DE JESUS, 1983, p.76).

O cotidiano da favela não era de forma alguma agradável para a autora. O trabalho, como catadora, não lhe oferecia perspectiva de tomar sua vida menos miserável. Deste modo, Carolina acreditava que como escritora poderia emergir para uma classe social mais favorecida. Contudo, ainda hoje a autora não é reconhecida no *campo literário* (BOURDIEU, 1996) brasileiro. Por *Quarto de despejo* ter sido escrito na forma de um diário, alguns afirmam que

² Não se pode afirmar a partir de suas falas que aderem à idéia da “ordem e progresso”, que Carolina Maria de Jesus tenha uma influência de caráter teórico-científico do Positivismo. Mesmo tendo lido várias obras durante sua vida, o mais provável é que esta tenha de fato uma influência ideológica, por ser um pensamento bastante presente no ideário de construção de uma nação desenvolvida.

quase chega a ser um relato antropológico, mas dificilmente consideram-lhe literatura³.

Acima de tudo porque, segundo alguns, não coaduna com o conceito de literatura enquanto resultado consciente de uma reflexão/trabalho com a língua escrita por parte de um indivíduo com extensa escolarização formal. Mas também porque, além de não pertencer ao grupo de uma elite intelectualizada, Carolina Maria de Jesus tematicamente foi/identificou-se com o outro, o socialmente relegado a uma existência menor: o habitante do “quarto de despejo” da sociedade, o favelado. (FERREIRA, 2004, p.108)

Carolina Maria de Jesus proporciona com sua obra a possibilidade de fazer uma leitura da construção do sentimento nacional a partir da visão marginal, não intelectualizada e erudita, que se confronta com a percepção ufanista e elitizada hegemônica. Ler suas palavras é saber um pouco mais de como o povo brasileiro constrói a nação cotidianamente, por meio de atitudes, muitas vezes, sem reflexão teórica, repleta de uma aparente superficialidade (HELLER, 1992), por não ter como fator condicionante uma posição político-partidária definida na defesa da coletividade. Contudo, não se pode afirmar que nas ações do cotidiano não exista o elemento político, que num sentido Arendtiano é inerente à construção própria da esfera pública presente mesmo no espaço considerado privado (ARENDT, 2000).

³ No que diz respeito ao gênero diário, à estética da fragmentação e ao dialogismo discutidos por Bakhtin, tonam-se relevantes as análises específicas de Andrade (2008), ao afirmar que: “A escritora favelada Carolina Maria de Jesus reciclava lixo para comer, assim como reciclava discursos em sua estética da fragmentação. A narrativa caroliniana se vale de uma reciclagem de linguagens e de idéias que se consomem vorazmente em sua ânsia de escrever. (...) Nessa ânsia, ocorre o que Bakhtin (1993) denominava *dialogismo*: a voz do eu dessa narrativa desabrocha como um desdobramento das demais, pois a narradora se preocupa em discutir, refletir e julgar a partir de comentários (quando se refere a alguma circunstância vivida) ou textos alheios que possam vir a “explicar” sua condição social” (p.2).

A nação é construída antes de qualquer coisa, pelas relações sociais estabelecidas entre um povo heterogêneo. São visões, atitudes, sentimentos, dúvidas e certezas que fazem a dialética da construção da nacionalidade.

3. O retrato da nação pintado em “Quarto de despejo”

Embora sejam crescentes os estudos em torno da nação, ainda se mostram muito incipientes se levarmos em consideração tamanha importância que esta temática possui para a realização de análises em torno dos inúmeros elementos que a constituem, como, por exemplo, cultura, política, economia, etc. Atualmente, existe um conceito de nação que é considerado clássico, o de Benedict Anderson (1996): “[*The nation*] is an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign.” Para Anderson, a nação existe, acima de qualquer coisa, no imaginário de um povo de maneira soberana, incompleta, e está em constante formulação e reformulação do que significa ser e pertencer a esta. Ela é antes de tudo, plural e plena em dinamicidade.

O Brasil, enquanto nação, afirma Bezerra de Menezes (2004, p.12), foi pensado durante muito tempo por nossa tradição letrada em função de dois aspectos. O primeiro, o das diferenciações dicotômicas espaciais: o Litoral e o Sertão/ o Norte e o Sul/ a Cidade e o Campo. O segundo aspecto seria relativo aos tipos psicológicos: o homem do litoral, o homem do sertão; o nortista, e o homem do sul. De tal modo, mesmo com uma análise deficiente, neste momento já era percebida a pluralidade e heterogeneidade do povo brasileiro.

Assim, de acordo com a tese de Bezerra de Menezes, para ajudar a decifrar a problemática da nacionalidade, para “dar conta ou explicar os sujeitos de uma cultura, ou, no caso (...) a brasilidade” (2004, p.13) vem sendo utilizada de maneira errônea, a expressão “identidade nacional”. De acordo com o pensamento desenvolvido pelo autor, o termo “identidade”⁴

⁴ Stuart Hall, buscando compreender o que comumente denomina-se “crise de identidade” na

traz, nas entrelinhas, um discurso dominante que legitima a não aceitação e o desrespeito ao diferente. O país, ou as demais regiões, não possuiriam uma identidade, mas sim uma memória coletiva compartilhada. A utilização desta categoria mascararia a historicidade dos fatos, dos valores, dos costumes, dentre outros aspectos. “Identidade” seria, então, um conceito estanque, que não dá conta do que realmente acontece na cultura de um povo.

Neste âmbito, ao invés da utilização do termo “identidade nacional”, dentre os vários inventados pela *inteligência* (BEZERRA DE MENEZES, 2004) do país, defende Bezerra de Menezes que o termo mais adequado, seria, então, “caráter nacional”, o qual não possui “uma significação precisa e delimitada no plano teórico, mas parece ser de longe o mais adequado do ponto de vista etnológico e descritivo como perfil dominante de um povo e de uma nação” (2004, p.13).

Por sua vez, Alfredo Bosi teoriza e adota a expressão “identidade” como necessária para a compreensão e análise da nacionalidade. No entanto, no que diz respeito à concepção da cultura brasileira, não diverge do pensamento de Bezerra de Menezes ao afirmar que:

(...) não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz dos nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário: a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um “efeito de sentido”, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e

contemporaneidade, distingue três concepções de identidade que se constroem por meio de três percepções de sujeito: 1) a identidade do “sujeito do iluminismo [que] estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (2006, p.10); 2) a identidade do “sujeito sociológico (...) formada na “interação” entre o eu e a sociedade” (2006, p.11); 3) e a concepção do sujeito pós-moderno, que não possui uma “identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente” (2006, p.13).

espaço (BOSI, 1987, p.7 *apud* FERREIRA, 2004, p.20).

Da mesma forma é construída e desconstruída a nacionalidade brasileira, em torno de múltiplas interações. Neste sentido, a nação assim como também seu sentimento de pertença, podem ser retratados de maneira particular na literatura, seja ela produzida pela elite intelectualizada ou pelas classes subalternas. Conforme justifica Bezerra de Menezes:

Embora os produtos literários possuam sua realidade peculiar e se inscrevam antes de tudo na esfera dos valores estéticos, não constituindo assim, primariamente, fatos de conhecimento ou documentos de investigação sociológica e histórica, parece indubitável que, entre os dispositivos coletivos de auto-consciência, a literatura constitui um dos modos mais significativos graças ao qual uma sociedade se exprime e toma ciência de si mesma. (2004, p.23)

Neste ensaio a opção por analisar a nacionalidade por meio da obra literária de Maria Carolina de Jesus surge por seu caráter peculiar: trata-se de um relato da vivência de uma mulher brasileira, pobre e negra, formulado a partir de um contínuo diálogo com a realidade sócio-histórica do país de sua época, diálogo no qual a autora toma consciência de si e da sociabilidade em que se encontra arraigada – embora não opte, explicitamente, por uma defesa do coletivo.

3.1. Um retrato impressionista...

A nação tem sido ao longo de sua trajetória retratada de várias formas. É fato que existem vários brasis, percebidos por diferentes olhares, de distintos atores que ocupam posições díspares no seio das relações sociais. Deste modo, o ato de retratar a nação da qual se faz parte –ou não-, carrega em si mesmo impressões e sensações não desprovidas de subjetividade, que povoam a possibilidade de existência de um sentimento nacional. Mesmo a forma ou a metodologia utilizada para tal fim, variam de acordo com a instrumentalidade desenvolvida a partir das condições materiais e existenciais de cada autor.

Assim como Paulo Prado produziu um *Retrato do Brasil* (1927), Carolina Maria de Jesus torna o seu *Quarto de despejo* um retrato talvez não menos importante para a análise da construção da nacionalidade brasileira, apesar de sua produção ter se realizado de maneira não-erudita do ponto de vista do requinte e da utilização do conhecimento teórico e historiográfico. Poderia afirmar ainda, que seria como o de Prado, um retrato feito semelhante a um quadro impressionista:

Dissolveram-se nas cores e no impreciso das tonalidades as linhas nítidas do desenho e, como se diz na gíria do artista, das “massas e volumes”, que são na composição histórica a cronologia e os fatos. Desaparecem quase por completo as datas. Restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da seqüência concatenada dos fatos. (PRADO, 1997, p.185)

Assim a percepção da nação retratada por Carolina, é repleta de emoção sentida a partir de seu cotidiano. Esse aspecto de sua obra torna-se de suma relevância para a compreensão da construção da brasilidade se levarmos em consideração que “a vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substancia social” (HELLER, 1992, p.20). Por meio da leitura deste romance, se lançado um olhar mais detalhado, pode-se apreender a existência de outro Brasil composto por uma multiplicidade de vozes ideológicas que eram comuns na época:

(...) a crença no progresso, a admiração pelos países do primeiro mundo, a propagação da democracia racial e do embranquecimento – dois lados da mesma moeda – a ênfase no esforço pessoal como requisito para ascensão moral, social e espiritual, a percepção dos chamados vícios morais: alcoolismo e liberalismo sexual, dentre outros. ‘Quarto de despejo’ nos permite reflexionar sobre como tal era diferido, assimilado ou rejeitado por uma comunidade de favelados, em sua maioria

negros, mas sempre marginalizados. (FERREIRA, 2004, p.111)

É captando *Quarto de despejo* a partir deste ângulo, que se tentarei aqui, estabelecer uma analogia entre o *Retrato do Brasil* de Prado e o “outro” Brasil retratado por De Jesus. Na composição do primeiro o autor se utilizou dos seguintes elementos: “a luxúria”, “a cobiça”, “a tristeza” e “o romantismo” como aspectos constitutivos da nação. Já o retrato produzido por Carolina, será compreendido brevemente em torno de outros aspectos que vejo mais presentes na sua narrativa, que, ao mesmo tempo, é pessoal e nacional, quais sejam: “a miséria”; “a negritude”; “a política”; e a “esperança-desespero”. Este último enquanto síntese inacabada destes e de outros inúmeros elementos constituintes da nação.

A miséria

O *Quarto de despejo* é o retrato próprio das condições miseráveis em que vivia/vive grande parte de nosso povo. A pobreza é elemento presente na vida de Carolina desde sua infância, o que lhe impediu de concluir seus estudos. No entanto, mesmo não sendo respaldada por uma formação educacional formal, a autora conseguiu apreender a realidade de seu país de maneira consciente e crítica, por mais que tenha se deixado influenciar por algumas das ideologias conservadoras de seu tempo.

De Jesus tinha três filhos e provia-lhes o sustento sem a presença masculina de um marido, um pai, ou um irmão. Carregava em si um fardo pesado, cuidar de seus filhos e trabalhar como catadora nas ruas da cidade de São Paulo, a qual desmistificou – como já foi dito anteriormente – ao perceber as desigualdades sociais nela existentes. A narrativa de Carolina traduz-se na possibilidade de apreensão da nacionalidade a partir de *uma voz da favela* que convive cotidianamente com a fome, o alcoolismo, a prostituição, as doenças, dentre outras problemáticas ainda tão presentes na sociedade atual.

Maria Carolina não mantinha uma relação pacífica com sua condição miserável. “Morar

na favela do Canindé, para ela, equivalia a morar no inferno” (FERREIRA, 2004, p.118). Ela denuncia em *Quarto de despejo* uma realidade imersa num processo de degeneração humana, onde a prostituição infantil, a negligência e a violência familiar, e o alcoolismo são percebidos, antes de tudo, como produtos de uma forma de sociabilidade assentada sobre uma zona de vulnerabilidade: a pobreza.

Não que estes elementos não sejam percebidos, por vezes, a partir de um posicionamento moral da autora, mas a ênfase dada na construção social a partir da precariedade em que se vive na favela é predominante. Bastante ilustrativa disso, é sua percepção do alcoolismo como sendo alimentado pela necessidade que os habitantes da favela têm de fugir da realidade em que estão imersos: “a bebida aqui é paliativo. Nas épocas funestas e nas alegrias” (DE JESUS, 1983, p.122). Em decorrência da miséria, o universo em que vive é retratado como um espaço de ignorância, desespero e sensação de aprisionamento.

A negritude

Maria Carolina de Jesus, sendo mulher, pobre e negra, é triplamente marginalizada. Mantendo uma relação existencial conflituosa com estas três características, a única de que parece se orgulhar é a sua negritude. Partindo de um ponto de vista histórico, a autora reconhece o processo de exploração, anulação e humilhação dos negros, tanto que no desenrolar deste processo sócio-histórico a realidade parece não se transformar: “há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?” (DE JESUS, 1983, p.102). Numa nação onde se estabeleceu uma ordem desigual e hierarquizada, ela identifica as classes dominantes com uma elite branca dirigente. E ela, assumindo sua negritude, exime-se de qualquer responsabilidade pelas injustiças e disparidades reinantes no país: “O mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não

tenho nada com essas desorganizações” (DE JESUS, 1983, p.63).

De acordo com Ferreira, outro aspecto invocado por Carolina, é a religiosidade, a qual utiliza para contestar a posição social inferior dos negros na sociedade brasileira. Retomando um dos vários mitos da origem das raças, afirma que: “Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se” (DE JESUS *apud* FERREIRA, 2004, p.131).

Ser negra é um fato com o qual lida dia-a-dia, sendo impossível mascarar esta realidade e todas as suas conseqüências. Não obstante, mesmo sendo desvalorizada socialmente, e sua cor representando mais um obstáculo em sua vida pessoal e profissional, a escritora demonstra um orgulho pela negritude: “eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondiam-me: ‘é pena você ser preta’. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico...” (DE JESUS, 1983, p.58).

Por outro lado, há quem afirme que De Jesus em sua vida concreta, mesmo que de forma inconsciente, poderia ter sido adepta de uma ideologia eugenista, pelo fato de que “na vida real, todos os pais de seus filhos terem sido [brancos] de origem estrangeira – americano, italiano, espanhol” (FERREIRA, 2004, p.133). Assim, *Quarto de despejo* retrata um povo negro que vive em conflito no que diz respeito à construção de sua “identidade” étnica, numa constante negação e aceitação de sua cor. Isso se dá tanto pelo passado humilhante a que foi submetida a raça/etnia negra desde os tempos do Brasil Colonial, quanto pela desvalorização social que esta trajetória acarretou para os dias atuais.

A política

A menção à conjuntura política em que vivia Carolina Maria é bastante forte nesta obra. Mostra-se insatisfeita com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), durante o qual percebeu a agudização da pobreza do povo brasileiro quando afirma que “o pobre há de

comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome” (DE JESUS *apud* FERREIRA, 2004, p.114). No entanto, Carolina afirmava não fazer literatura “engajada”, partidária. Em *Quarto de despejo*, a autora escreve uma passagem bastante elucidativa de seu posicionamento: “Um sapateiro perguntou-me se meu livro é comunista. Respondi que era realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (DE JESUS, 1983, p.96).

Influenciada pelo ideário anticomunista da Guerra Fria, por vezes a escritora contrapõe democracia e comunismo como formas políticas antagônicas. Esta idéia é ilustrada quando escreve: “Antigamente era os operários que queria o comunismo. (...) O custo de vida fez o operário perder a simpatia pela democracia” (DE JESUS, 1983, p.99). Contraditoriamente, o livro possui um caráter denunciativo. Assim, afirma Ferreira (2004:118) que ao denunciar, Carolina é portadora de um *ato político*, que, se por um lado não se identificou com o ideário comunista, também não concordou com a ordem política e econômica hegemônica no Brasil de então. Foi por este motivo que *Quarto de despejo* foi retirado das prateleiras em 1964, sendo associado ao “fantasma” do comunismo.

A realidade descrita por Carolina Maria de Jesus tocou num ponto delicado para sua época: “a possibilidade do povo (maioria numérica) insurgir-se contra os dirigentes políticos (a minoria)” (FERREIRA, 2004, p.117). Denunciando a corrupção, e a maneira aproveitadora como os políticos tratavam o povo, ela denuncia que após vencer nas urnas, “divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade”. (DE JESUS *apud* FERREIRA, 2004, p.115).

É importante perceber que a criticidade da escritora acerca das bases sociais sobre as quais se assentava a nação, não lhe garantiu uma identificação com as causas coletivas. Sonhando sair da favela onde morava, em momento algum de sua obra propõe “salvar a população favelada” (FERREIRA, 2004,

p.122). Ao contrário, seu objetivo maior é proporcionar melhores condições de vida a si própria e a seus filhos. A visão coletiva é subsumida em detrimento do individual. Porém, se levamos em consideração que na estrutura da vida cotidiana o ser humano é genérico e individual ao mesmo tempo, pode-se perceber que é na criação literária que Carolina se eleva ao humano genérico⁵, e não necessariamente em sua vida concreta.

A “esperança-desespero” na formação da nacionalidade brasileira

No que se refere a uma esfera macro de percepção da nação brasileira, *Quarto de despejo* oscila entre um nacionalismo lírico de exaltação da natureza que mais se aproxima de um discurso ufanista:

Eu contemplava extasiada o céu cor de anil.
E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil... elas [as folhas] estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Pátria... Devemos agradecer a Deus, ou a natureza que nos deu as estrelas para adornar o céu, e as flores para adornar os prados, as várzeas e os bosques. (DE JESUS *apud* FERREIRA, 2004, p.113).

E uma dolorosa visão realista própria do caráter denunciativo da obra:

Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. A democracia está perdendo os seus adeptos. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia.” (DE JESUS *apud* FERREIRA, 2004, p.113)

Carolina Maria de Jesus, percebendo a nação por vezes de maneira pessimista, não perde a esperança de dias melhores. É neste intuito que concomitante ao trabalho de catadora, decide ser também escritora “para projetar seu futuro e

⁵ Afirma HELLER (1992, p.28) que é no momento de concentração necessária para a criação artística (também literária), que ocorre uma maior homogeneização em direção ao humano-genérico, sem haver, contudo, uma suspensão completa do particular-individual.

de seus filhos numa classe social mais privilegiada” (FERREIRA, 2004, p.119).

Em sua tripla marginalidade, aceitou aparentemente com orgulho a sua raça, tinha esperanças de no futuro sair de sua condição de pobreza, e, no entanto, no que diz respeito ao seu sexo, vê-se totalmente desprovida de possibilidades de construir uma vida pautada numa igualdade de direitos em relação aos homens. “Tem horas que eu tenho desgosto de ser mulher” (DE JESUS, 1983, p.156). Carolina percebia na mulher uma total ausência de poder no que se refere à construção da pátria, tanto que quando pequena desejava ter nascido homem para realizar grandes feitos pela nação, e já na sua maturidade, tendo perdido as esperanças a este respeito, somente almeja a dignidade de figurar na sala de estar (fora do quarto de despejo), preservando sua integridade como mulher.

Alcançar o poder em seus tempos de menina significava virar homem, ou que para seus filhos e vizinhos poderia vir através da união matrimonial com um homem, para ela vai resultar de um esforço pessoal que, através da escrita, propiciará a ela e a sua família o acesso ao universo da cidade. (FERREIRA, 2004, p.126)

Mesmo se percebendo numa posição desvantajosa socialmente a partir das relações de gênero estabelecidas na sociedade a que pertence, opta por uma família organizada de forma matriarcal, assim como também aposta no seu possível “empoderamento” através do trabalho como escritora.

Como muitos brasileiros, a autora procura alternativas que a possibilitem o fim de sua angústia por viver às margens da sociedade, percebendo a nação num paradoxal aparato de esperança-desespero: esperança na idealização de um futuro melhor e desespero ao lidar com uma dura e contraditória realidade que nada tem de “Ideal”. É desta forma que a nação é construída e reconstruída ininterruptamente –

por variados tempos, espaços e sujeitos. São múltiplas determinações surgidas a partir das relações sociais estabelecidas entre um povo que se afirma, em muitos aspectos, a partir da negação do outro e das condições em que vive. A aceitação e a recusa, o ser e o deixar de ser, o pertencer e o não pertencer, e exógeno e o endógeno, o superficial e o visceral, o interno e o externo, a afirmação e a negação, fazem parte, de maneira dialética, do imaginário popular criador da nacionalidade brasileira.

Referências

- ANDERSON, B. **Imagined communities: reflexions on the origin and spread of nationalism**. 7. ed. New York: Verso, 1996.
- ANDRADE, L. P. Quarto de despejo: realização estética do fragmento. IN: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC. USP, 2008.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- BEZERRA DE MENEZES, E. D. **A cultura brasileira “descobre” o Brasil, ou “que país é este?!” – Uma pergunta à cata de resposta**. Fortaleza, 2004 (texto mimeo)
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. 7 ed. Campinas: Editora Papirus, 1996.
- DE JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10 ed. RJ: Livraria F. A., 1983.
- FERREIRA, D. R. de S. **Pilares narrativos: a construção do eu e da nação na prosa de oito romancistas brasileiros**. Introdução de Susan Canty Quinlan. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- HALL, S. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- JACOMEL, M. C. W. Uma leitura do processo de formação do cânone literário: o relativismo e a pretensão à universalidade. **Revista Travessias**, v. 1, n.1, p.1-15, 2007.
- PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Coleção Retratos do Brasil).